

>> entrevista PAULO TADEU, presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

“Estamos vendo o estrago que o negacionismo de um dirigente é capaz de causar”

Ascom TCDF/Divulgação



» ANA DUBEUX

Quando ficou em isolamento por 21 dias em decorrência do contágio pelo novo coronavírus, Paulo Tadeu, que passou a ocupar a presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) em plena pandemia, viveu um período difícil e de grandes incertezas. Afetado pelas perdas de pessoas próximas, pelo isolamento social e pela angústia de receber pedidos de ajuda por um leito de UTI, ele revela que ficou emocionalmente abalado.

Afeito às contas, não deixa de fazer as suas: “Estamos vendo o estrago que a visão negacio-

nista de um dirigente é capaz de causar e como a população brasileira está pagando caro, em vários sentidos, pela escolha feita nas últimas eleições”. E complementa: “Quantas mortes poderiam ter sido evitadas se o governo federal tivesse feito a sua parte nas medidas de combate ao vírus e na compra de vacinas?” Lembra que, enquanto vários países começam a liberar as pessoas do uso de máscara, “nós amargamos a perda de mais de 530 mil vidas e ainda continuamos contando um grande número de mortos todos os dias”.

Se há pouco a fazer na política neste momento, há muito trabalho possível para evitar a sangria dos cofres públicos na pandemia. O TCDF tem fiscalizado e atuado na correção de rumos do GDF quando se trata das contas públicas.

Hoje, já são 111 processos autuados no TCDF sobre aquisições e contratações do GDF feitas em função da pandemia. Do total de R\$ 1,2 bilhão gasto pelo governo no enfrentamento à covid-19, 85% estão sob a fiscalização do Tribunal. “Em fevereiro, lançamos o painel Fiscaliza Covid, onde estão disponíveis dados sobre todas essas

fiscalizações, para que a população acompanhe nosso trabalho e saiba o que o Tribunal tem feito”, explica o presidente do TCDF nesta entrevista ao Correio.

Como legado da pandemia, Paulo Tadeu acredita que ficará, além da necessidade de perceber a força do coletivo como um valor humanitário, uma lição fundamental: “Quando essa crise sanitária passar, teremos avançado no controle social, na conscientização em relação à necessidade de se fazer uma boa escolha dos governantes e na exigência pela boa governança de recursos públicos”.

Quais ações efetivas adotadas pelo TCDF contribuem para redução do impacto da crise sanitária no DF?

O Tribunal de Contas do DF tem atuado para que o interesse público seja garantido durante a pandemia, ao fiscalizar se os recursos destinados ao enfrentamento da covid-19 estão sendo bem empregados no Distrito Federal e ao exigir transparência e qualidade nos serviços de saúde prestados à população. Hoje, já são 111 processos autuados no TCDF sobre aquisições e contratações do GDF feitas em função da pandemia. Do total de R\$ 1,2 bilhão gasto pelo governo no enfrentamento à covid-19, 85% estão sob a fiscalização do Tribunal. Em fevereiro, lançamos o painel Fiscaliza Covid, onde estão disponíveis dados sobre todas essas fiscalizações, para que a população acompanhe nosso trabalho e saiba o que o Tribunal tem feito. Nós temos reforçado bastante a atuação preventiva e concomitante do Tribunal não só nesses processos, como em outras contratações do GDF. O objetivo é identificar eventuais falhas ou irregularidades antes que elas cheguem a causar prejuízo para os cofres públicos e para o serviço prestado à população.

O senhor tomou posse na presidência há sete meses, no auge da pandemia, como o Tribunal se adaptou para atender as necessidades da população?

O TCDF traçou um plano de ação específico para orientar a fiscalização das despesas realizadas pelo Governo do DF para o enfrentamento do novo coronavírus. O Tribunal priorizou a análise e o julgamento dos processos que tratam do combate à covid-19, incluiu a fiscalização dos recursos destinados ao combate à pandemia na análise das Contas do Governo, e tem estimulado o controle social ao desenvolver ferramentas inovadoras de fiscalização dos gastos relacionados à crise sanitária. O Fiscaliza Covid é uma dessas ferramentas. A outra é o módulo de acompanhamento da vacinação, que traz as estatísticas da imunização contra o novo coronavírus no Distrito Federal, tais como a quantidade de pessoas vacinadas, a origem do paciente e a marca da vacina utilizada.

O senhor aguarda a data da segunda dose da vacina, acha que a vacinação por aqui está lenta em relação a outras regiões?

Se analisarmos os trabalhos iniciais da CPI da Covid, perceberemos que houve demora para se iniciar a vacinação, bem como lentidão nas estratégias de imunização de modo geral. Creio que há um esforço do Governo do Distrito Federal e dos profissionais da rede pública de saúde para aplicar as doses de vacina necessárias para a imunização de toda a população do DF assim que elas chegam. O ideal seria que tivéssemos, desde o início, uma estratégia nacional de vacinação, mas não é a realidade e, nesse cenário, cada estado e município teve que fazer seu próprio planejamento. Então, o ritmo da vacinação aqui segue o que o GDF estabeleceu como estratégia. É natural que haja divergências em relação ao planejamento de outras unidades da federação. O Tribu-

nal tem acompanhado atentamente a execução do plano distrital de imunização contra a covid-19.

Os recursos destinados ao enfrentamento da pandemia estão sendo aplicados devidamente e de forma transparente pelos gestores públicos?

Recentemente, o TCDF concluiu uma auditoria que avaliou a gestão de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia e a transparência dos dados orçamentários. Essa auditoria apontou, por exemplo, que a forma como o GDF apresentava à população os dados sobre as despesas relacionadas à pandemia era confusa e dificultava o acompanhamento. Para se ter ideia, esses números estavam sendo apresentados de três maneiras distintas: por órgão, por item ou por auxílio da União. E os valores totais nas três modalidades não eram equivalentes, o que prejudicava o entendimento pelo cidadão. Após o TCDF apontar o problema, o GDF realizou ajustes no Portal da Covid melhorando a acessibilidade das informações prestadas à população.

Aliados do presidente Bolsonaro insistem muito em investigação dos recursos federais nos estados. O senhor considera necessário?

Creio que todos os recursos voltados para o combate à pandemia, sejam federais ou não, devam ser objeto de um olhar atento dos órgãos de controle, especialmente por conta da situação atípica de emergência e por causa da flexibilização de regras e normas relacionadas aos gastos públicos. O TCDF tem analisado não só o emprego de recursos distritais no enfrentamento da covid-19, mas também as despesas realizadas, aqui, com valores provenientes da União.

Como ficam as grandes questões de Brasília e do Brasil no pós-pandemia?

A pandemia demonstrou claramente a importância do Sistema Único de Saúde público e gratuito e a necessidade de seu fortalecimento. Também deixou a população mais atenta aos gastos e à qualidade da gestão pública. Acredito que, quando essa crise sanitária passar, teremos avançado no controle social, na conscientização em relação à necessidade de se fazer uma boa escolha dos governantes e na exigência pela boa governança de recursos públicos.

Que ensinamento este momento nos deixa?

Que uma andorinha só não faz verão. E que o exemplo arrasta. Aprendemos que é fundamental a união de governos, profissionais de saúde, cientistas e sociedade para superarmos uma crise de tamanha proporção como é a pandemia da covid-19. Então, a lição que fica é essa: quando cada um cumpre seu papel, seja ele grande ou pequeno, podemos salvar vidas.

É possível ter um olhar poético desse momento difícil? Como faz para aliviar a tensão?

Apesar de nos afastar fisicamente, a pandemia uniu muitos de nós num esforço coletivo pela proteção e seguran-

A essa altura, a maioria da população do Brasil já deveria estar imunizada e muitas famílias teriam sido poupadas de perdas inestimáveis”

“O TCDF tem analisado não só o emprego de recursos distritais no enfrentamento da covid-19, mas também as despesas realizadas, aqui, com valores provenientes da União”

Se analisarmos os trabalhos iniciais da CPI da Covid, perceberemos que houve demora para se iniciar a vacinação, bem como lentidão nas estratégias de imunização de modo geral

ça não apenas de nós mesmos, mas de todos. Eu tenho buscado, na condição de presidente do TCDF, contribuir para que essa corrente de cuidado se fortaleça, especialmente estimulando o controle social. Nós precisamos municiar a população com informações corretas, de qualidade e acessíveis para que todos possamos juntos contribuir para a superação desse momento tão difícil. E na vida, em geral, também temos que procurar maneiras saudáveis de lidar com o cenário que estamos vivendo. Tão importante quanto manter os cuidados contra o vírus é também cuidar da saúde mental, não perder a capacidade de perceber as coisas boas, de fazer o bem e de manter a esperança de dias melhores.

Neste momento político tão efervescente não sente saudades dos tempos de Câmara Federal e Legislativa? Depois de dois mandatos como deputado distrital e um na Câmara Federal, o senhor não cogita disputar mais eleições?

No Tribunal de Contas do Distrito Federal, tenho a alegria de trabalhar em prol da população sob um prisma diferente. Por meio da fiscalização dos gastos distritais, tenho a oportunidade de contribuir para melhorar a forma como os recursos públicos são gerenciados e utilizados e, ainda que indiretamente, posso colaborar para que as políticas públicas cheguem na ponta e a entrega de serviços públicos tenha a qualidade e a celeridade que a população do DF tanto precisa. Respeito muito o trabalho legislativo porque sei da importância dele para a sociedade, não por sentir saudades, mas pela sua representatividade social. Cada fase da minha vida profissional foi importante e fundamental para que hoje eu possa me concentrar nessa atividade, no Tribunal de Contas.

Não faltou nessa crise sanitária uma coordenação nacional das ações de governo? E a quem caberia fazer isso?

Em países de primeiro mundo, essa coordenação ficou a cargo do chefe máximo do Estado. Aqui não tivemos essa coordenação. Ao contrário, temos um dirigente que minimiza a gravidade do cenário, que não valoriza as medidas de prevenção e que atrasou a vacinação. Para que essa coordenação nacional pudesse ocorrer no Brasil, seria necessário diálogo, além de respeito à ciência, à população e aos entes envolvidos. Ademais, é preciso uma boa simbiose entre União, Estados e Municípios.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos é possível?

Sim, é possível, dentro de um ambiente democrático, capaz de fomentar esse diálogo suprapartidário em torno dos interesses do povo brasileiro. Em momentos de crise sem precedentes como esta, é preciso articulação para criar mecanismos de boa governança; trazer celeridade às decisões; agilizar a aquisição de insumos; e prevenir a corrupção, sem criar uma burocracia desnecessária que atrapalhe a garantia do interesse público. Pa-

ra que isso ocorra, é preciso colocar os interesses da população acima dos interesses políticos e pessoais.

Sua rotina mudou muito neste ano de pandemia?

Sim, mudou muito. Tanto no aspecto profissional quanto pessoal: o isolamento social, as perdas de pessoas próximas, todo o cenário dessa crise sanitária, o uso da máscara... Tudo isso afetou a minha rotina. E isso faz refletir sobre a vida, de maneira ampla...

Todo brasileiro tem uma experiência pessoal com a covid. Pode mencionar alguma?

Quando fui infectado, em 2020, me submeti a total isolamento por 21 dias. Durante esse período tive momentos difíceis e de incerteza. O isolamento social efetivo não é fácil e as particularidades dessa doença causam insegurança. Minha experiência não envolve apenas a fase em que estive doente, posso mencionar também o quanto me afetaram as perdas e as sequelas de pessoas próximas, além da fase difícil em que não havia vagas nas UTIs e as pessoas pediam ajuda. Tudo isso me abalou emocionalmente. Além disso, vale destacar outro ponto que foi o momento em que recebi a primeira dose da vacina, situação em que simbolicamente me enchi de esperança e alegria diante da pandemia.

Como vê a perda de tantos brasileiros na pandemia? Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões?

Estamos vendo o estrago que a visão negacionista de um dirigente é capaz de causar e como a população brasileira está pagando caro, em vários sentidos, pela escolha feita nas últimas eleições. Quantas mortes poderiam ter sido evitadas se o governo federal tivesse feito a sua parte nas medidas de combate ao vírus e na compra de vacinas? A essa altura, a maioria da população do Brasil já deveria estar imunizada e muitas famílias teriam sido poupadas de perdas inestimáveis, mas ainda temos a maior parte dos brasileiros vulneráveis à doença. Não se trata apenas de falta de celeridade, no caso do governo federal, mas de uma visão de mundo e de uma atuação, me parece, deliberada no sentido contrário a tudo o que foi feito em outros países, contrária à ciência, contrária ao bom senso. Por isso, hoje, enquanto vários países começam a liberar as pessoas do uso de máscara, nós amargamos a perda de mais de 530 mil vidas e ainda continuamos contando um grande número de mortos todos os dias.

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade?

Eu creio que situações extremas, como esta que vivemos há tantos meses, com todas as perdas e consequências negativas, trazem em si a oportunidade de percebermos coletivamente que o respeito, a justiça, a honestidade, a solidariedade, o diálogo, a cooperação e a união são valores fundamentais para sair de qualquer crise. Não há futuro possível para a humanidade sem isso.